



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO
DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA
LEGISLATURA.

No vigésimo oitavo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Toré Lima. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. O vereador Mauro Freitas assumiu então a presidência da Mesa e o vereador Toré Lima subiu à tribuna. Este repercutiu a declaração do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, pedindo o embargo das atividades da mineradora Hydro, em Barcarena. Lembrou que antes do crime ambiental cometido em Barcarena pela Hydro, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) fizera a fiscalização e avaliação da atividade da mineradora e, misteriosamente, curiosamente, os fiscais não encontraram nenhuma irregularidade. Posteriormente a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal pediram até o afastamento e a prisão dos servidores que lá estiveram, tamanha era a evidência de que ocorrera um grave problema para o meio ambiente e a sociedade local. Comentou que, hoje, os jornais apontam a possibilidade de criação de uma CPI, em nível federal, para investigar as atividades da Hydro. Defendeu que seja criada uma CPI em nível estadual para investigar as atividades da SEMAS, pois esta liberou a licença ambiental para a atividade de uma empresa com várias irregularidades e não fiscalizou adequadamente. Agora a população de Barcarena sofre as consequências: milhares de pessoas estão sem água potável e sofrem principalmente com doenças estomacais e doenças de pele e o município está em estado de emergência, de calamidade pública. Considerou que o pior de tudo isso é que esta empresa inconsequente, irresponsável, que comete um crime ambiental, tem no governador do Estado o principal patrocinador e defensor - lembrando que Simão Jatene culpou as chuvas pelo grave acontecimento. Julgou que as consequências serão gravíssimas porque há a presença de elementos químicos que podem causar prejuízo à população e trazer a mortandade para várias espécies da natureza. Expressou que - após a reação pública em nível nacional e internacional - a própria SEMAS, contrariando o posicionamento anterior, multou a empresa e, três dias depois, aplicou outra multa três vezes maior. Avaliou que o governador Simão Jatene está atualmente mais preocupado com suas alianças partidárias para a próxima eleição e esquece que há milhares de paraenses, cidadãos comuns, que esperam dele um posicionamento enérgico e correto neste caso da Hydro. Julgou que, entretanto, é difícil esperar um posicionamento correto de um governador que tem agido com descaso com o povo paraense. Recordou que Jatene agiu assim no caso do lixão da Revita em Marituba, age assim nesta crise envolvendo a SEMAS e tem agido deste modo em inúmeros casos ocorridos ao longo dos sete anos deste governo. Pontuou que diversos agentes nos meios de comunicação que antes exaltavam o governo Jatene, agora o criticam. Zeca Pirão disse lembrar como Belém era há quarenta anos e avaliou que, de lá para cá, praticamente nada mudou. Manifestou que os sucessivos gestores municipais não tiveram a preocupação de fazer projetos sérios. Em todas as eleições, candidatos eleitos e não eleitos prometiam resolver o problema das enchentes em Belém. Confessou que ficava a pensar ouvindo o que era dito nos debates, concluindo que não falavam a verdade. Entretanto, não era ainda político na época, embora participasse do movimento estudantil e assistisse aos debates porque gostava da política em todas as áreas. Ouvia então tanta mentira que até ficava envergonhado. Era jovem e viu o tempo passar sem que houvesse redução significativa nos problemas urbanos que enfrentamos. Relatou que, em uma entrevista do prefeito Zenaldo Coutinho a uma emissora de televisão no dia anterior, a repórter tentava impor-lhe a culpa por todo esse passado de incompetência e falta de planejamento – o que ocorreu até a gestão de Duciomar Costa. Participou então ter alertado inúmeras vezes o ex-prefeito Duciomar sobre a necessidade de aprofundamento do canal da Travessa Quintino Bocaiúva e de dragagem do rio na área do Portal da Amazônia além de elevação do terreno, mas nada foi feito. Providências só

foram tomadas quando sete barcos encalharam na região e houve a divulgação pela imprensa. Resumiu dizendo que foram feitas obras eleitoreiras com o objetivo de ganhar eleições e simplesmente roubar. Os prefeitos anteriores roubaram Belém e deixaram a cidade na situação em que está hoje, com dívidas milionárias. Citou que Edmilson Rodrigues deixou uma dívida de quase 90 milhões de reais de ISS. Duciomar Costa deixou uma dívida de 58 milhões de reais de ISS e mais de 40 milhões de reais relativos ao BRT, além de investir em projetos errados, mal calculados, com inúmeras irregularidades, por isso foi preso. Manifestou ficar preocupado e constrangido ao ver as pessoas tendo suas casas invadidas pela água e por animais como cobras, ficando ilhadas sem poder sair de suas residências. Opinou, entretanto, que não podemos culpar o atual prefeito por todas estas mazelas porque ele teve que fazer um grande esforço, levando três anos somente para recuperar os projetos errados que Duciomar deixou. Afirmou que o prefeito Zenaldo deve explicar isto à população diversas vezes, não apenas em uma entrevistazinha concedida ao programa Jornal Liberal: deve ser dita a verdade sobre o que aconteceu e o que vem acontecendo em Belém. Defendeu que os prefeitos anteriores sejam presos, pois o Brasil está assim devido aos desvios de recursos públicos. Contou que, à época de Duciomar Costa, cansou de denunciar que 30% dos remédios em Belém não chegavam ao depósito, ficavam no caminho. Cobrava sempre providências do Ministério Público Estadual quanto ao caso, mas este nunca fez nada. Enquanto isso Duciomar viajava frequentemente para Miami e Nova Iorque, rindo das pessoas que o criticavam. Recentemente, o Ministério Público Federal pediu sua prisão. Relatou ter dito ao prefeito Zenaldo que os canais precisam de limpeza e dragagem de, pelo menos, dois metros de profundidade. Disse ter certeza de que, com os canais limpos e dragados adequadamente, a construção de piscinões em locais críticos diminuirá em até 90% os alagamentos na cidade. Declarou que o prefeito Zenaldo Coutinho sempre esteve preocupado com este problema, mas não podia fazer nada porque os gestores passados inviabilizaram os financiamentos para obras via Caixa Econômica Federal e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os projetos tiveram que ser refeitos, foram feitas novas avaliações, e o dinheiro foi liberado para que as obras de limpeza e dragagem comecem em março ou abril deste ano. Asseverou que não está na Casa para defender ninguém, está aqui para ser justo, pois tem conhecimento de causa. Amaury da APPD comunicou a plenária sobre manifestação realizada no dia anterior, quando os movimentos sociais foram até o Tribunal de Justiça protocolar uma ação postulando o congelamento das passagens dos ônibus urbano em Belém. Considerou injusto aumentar o preço das passagens se não houve aumento salarial para os funcionários públicos em todos os níveis – municipal, estadual e federal. Espera que a Justiça acate esta demanda porque ela representa o anseio da maioria da população. Discordou depois do que fora dito anteriormente pelo vereador Zeca Pirão. Reconheceu que muitas obras importantes modificaram a cidade para melhor, incluindo o trabalho realizado pelo governo Almir Gabriel através do Projeto CURA – Programa de Complementação Urbana, do Banco Nacional da Habitação. Bairros como Pedreira, Paraíso dos Pássaros, Fátima, Sacramento e outras localidades saíram da lama e do alagamento. O governo municipal do PT também ajudou, fazendo sua parte à época. Reconheceu que o próprio Duciomar Costa também ajudou, recuperando a Avenida Marquês de Herval. Declarou não ser admissível que o prefeito Zenaldo, em uma entrevista de quinze minutos na televisão, ponha toda a responsabilidade dos problemas por que passa a cidade nas gestões anteriores e ainda responsabilize São Pedro por parte dos alagamentos. Disse que não se pode responsabilizar somente a população que joga lixo nas ruas e os prefeitos anteriores pelas inundações que atingem a cidade e que um plano de limpeza permanente dos canais já diminuiria bastante o problema. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Víctor Dias, pelo bloco PSD – PTC, pediu o apoio dos demais vereadores para a aprovação de uma emenda à Lei Orgânica do Município de Belém (LOMB) que deve ter a assinatura de, no mínimo, sete vereadores. Comentou que o Governo Federal está definindo um currículo único para todas as escolas de nível fundamental e médio, com um número mínimo de disciplinas que devem integrar a base única comum. A emenda em questão refere-se à parte diversificada dos cursos, que corresponde a 25% do total e compete aos municípios e estados definirem. Disse ouvir corriqueiramente que boa parte dos problemas da cidade é causada pela própria população, dando como exemplos o descarte irregular de lixo, a falta de cuidados com a saúde e a falta de empreendedorismo. Pretende a formação de cidadãos mais capacitados a obedecer às normas e contribuir com a sociedade através da educação. Propôs para tanto uma emenda ao Artigo 217 da LOMB, definindo que serão fixados conteúdos mínimos do Ensino Fundamental, cabendo ao sistema municipal de ensino a definição da parte diversificada, que deve atender aos interesses locais. Neste ponto, seria feita a avaliação dos problemas que acometem nossa cidade que a Prefeitura não consegue solucionar porque demandam a participação efetiva da população. Destacou os temas que, em sua opinião, devem ser tratados pelas disciplinas da parte diversificada para ajudar na formação de cidadãos mais imbuídos, mais solidários com as causas da cidade: preservação do meio ambiente, política nacional de resíduos sólidos, deveres do cidadão para a gestão correta dos resíduos sólidos, preservação dos bens públicos, utilização ordeira do patrimônio privado e garantia da propriedade privada, educação financeira, empreendedorismo, noções sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), noções de saneamento básico, noções de saúde básica, conhecimento da história do Município de Belém, cultura popular, educação no trânsito, saúde

e alimentação. Pediu então aos demais parlamentares que também assinem o projeto para obtenção do número mínimo necessário de assinaturas. Findo este pronunciamento, o presidente Mauro Freitas saudou o vereador Celsinho Sabino, em nome da Mesa Diretora e dos demais vereadores, pela passagem de seu aniversário. Zeca Pirão, pelo bloco PMN – PR – PEN - Solidariedade, reconheceu que o pronunciamento anterior do vereador Amaury Sousa expressou a verdade, mas destacou não ter se referido antes aos governadores do Pará, apenas aos prefeitos precedentes. Relatou que, quando foi presidente do Clube do Remo, encontrou-o em estado de terra arrasada: não havia campo, drenagem e rampa no Baenão e o clube estava há nove meses sem jogar. Assumiu sozinho então a presidência, sozinho assumiu todos os problemas. Hoje, continuou, o clube lhe deve quase dois milhões de reais, mas nunca cobrou essa dívida e assegurou que nunca irá cobrá-la. Suas contas foram as únicas, dentre os últimos quatro presidentes do clube, a serem aprovadas. O Remo, antes de sua gestão, estava há seis anos sem ganhar o Campeonato Paraense de Futebol e, quando assumiu, voltou a ser campeão do estado. O clube estava sem série e, sob sua gestão, voltou a participar de um campeonato nacional. Nunca havia sido campeão da Copa Norte e foi campeão da Copa Norte Sub-20. Tendo ficado apenas um ano e três meses como presidente do clube, em um mandato tampão, fez o que nenhum gestor fizera antes. Lembrou que nem transporte o Remo tinha, e um ônibus foi comprado para atender a esta necessidade. Afirmou que muitos não gostam de sua pessoa porque não compactua com negociatas escusas e corrupção. Disse ter feito tudo pelo seu clube e saído com a consciência tranquila. Lamentou que o gestor que o sucedeu não tenha dado continuidade ao trabalho, deixando o Baenão abandonado. Quanto aos alagamentos que a cidade sofre, comunicou já ter realizado - por conta própria, como sempre faz - o trabalho de drenagem em algumas ruas da cidade e estas nunca alagaram. Avaliou que para eliminar as inundações é necessário fazer e finalizar bons projetos. Em aparte, pronunciou-se o vereador Amaury da APPD. Toré Lima, pela bancada do PRB, disse ter havido uma inversão de prioridades quanto ao projeto de macrodrenagem do Tucunduba. Este foi iniciado no governo Edmilson Rodrigues e foi abandonado quando Duciomar Costa assumiu a Prefeitura de Belém. Recordou que Duciomar passou três anos, com o apoio desta Casa, no projeto do Portal da Amazônia. Considerou que, apesar de ter sido criado um novo pólo turístico em Belém, hoje milhares de pessoas dos bairros do Guamá, Terra Firme, Canudos e Marco sofrem as consequências desta inversão de prioridades. Opinou que Duciomar passou oito anos na construção do Portal da Amazônia quando deveria ter finalizado a obra de macrodrenagem do Tucunduba. Se assim tivesse feito, hoje não teríamos os referidos bairros no fundo e a população sofrendo com os alagamentos. Atualmente este trabalho é de responsabilidade do Governo Estadual em parceria com a Prefeitura de Belém, mas há verbas disponíveis para avançá-lo apenas até a Rua dos Mundurucus. Pior que isso, avaliou, foi o fato de que na gestão do ex-prefeito Hélio Gueiros foi aberto o canal da Travessa Timbó, onde desaguaria o canal da Passagem José Leal Martins. O canal da Travessa Timbó, por sua vez, desaguaria no canal da Rua União que levaria o fluxo até o canal do Tucunduba. Não houve mais dinheiro e a obra do canal da Timbó parou na Passagem Valdir Acatauassú Nunes. Agora, qualquer chuva inunda todas as casas da Travessa Timbó e da Passagem Valdir Acatauassú Nunes. Considerou um absurdo que a população continue vivendo como caranguejo na lama e que hoje o Estado diga que só há dinheiro para fazer avançar a macrodrenagem do Tucunduba até a Rua dos Mundurucus. Avaliou que se formos esperar pela macrodrenagem do Tucunduba para o povo sair da lama, isto demorará pelo menos mais dez anos. Assumiu então a presidência da Mesa o vereador Émerson Sampaio. Igor Andrade, pelo bloco PSB – PSDB – PTB, julgou que Belém sofre por alagamentos e inundações devido, em grande parte, à grande quantidade de chuvas que atinge esta região. Chuvas intensas coincidindo com a maré muito alta provocariam inundações em qualquer cidade, mas em nossa capital o efeito é pior porque esta tem 40% de sua área abaixo do nível do rio. Estes problemas ocorrem, não importando qual seja o prefeito, pois infelizmente sofremos com elevados índices pluviométricos, acima da média de qualquer outra cidade do país. Solidarizou-se com o prefeito Zenaldo Coutinho comentando que este foi brilhante na entrevista concedida no dia anterior à TV Liberal expondo de forma correta e íntegra as responsabilidades pela situação enfrentada em relação aos alagamentos e inundações. Chamou a atenção para o fato de que a colaboração popular é essencial para manter os canais limpos. Informou que é muito cobrado pela população dos bairros atingidos e muitos já nem acreditam na realização da macrodrenagem do Tucunduba. Em aparte, pronunciou-se o vereador Nehemias Valentim. Igor Andrade, falando então pela liderança do Governo, disse que, infelizmente, houve gestões municipais anteriores em nossa cidade que trabalharam de forma desonesta. Em época de eleição, passavam o asfalto nas ruas da periferia sem fazer a drenagem. Assim, quando chove, tudo fica alagado. Citou como exemplo o bairro do Marco, onde o ex-prefeito Edmilson Rodrigues não fez sequer uma rua e o ex-prefeito Duciomar Costa fez ruas na baixada sem colocar drenagem. Externou que Zenaldo Coutinho faz as obras com drenagem e isso é mais caro. Se fosse para enganar o povo, passaria o asfalto nas ruas durante o período seco, no verão, e arrebanharia os votos da localidade. Garantiu que o atual prefeito não age desse modo, pois isso é desonestidade e falta de responsabilidade com os recursos públicos e tal modo de agir não condiz com seu perfil. Em aparte pronunciaram-se os vereadores Marciel Mão, Lulu das Comunidades, Paulo Bengtson e Gustavo Sefer. Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do

B, avaliou que há necessidade de ajustes no secretariado do prefeito Zenaldo Coutinho e que entre as causas dos alagamentos na cidade está a ausência de gestão. Findo o horário estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário de Liderança. Fez-se neste momento a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a leitura do requerimento do vereador Gleisson Silva solicitando 04 dias de licença parlamentar, no período de 28 de fevereiro a 03 de março vindouro, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se depois a leitura do requerimento da vereadora Simone Kahwage solicitando a realização de uma sessão especial, no próximo dia 08 de março às 15 horas, com o objetivo de discutir o tema “Reconhecendo e legitimando o protagonismo das mulheres”, sendo este também aprovado por unanimidade. Passou-se depois à leitura do requerimento do vereador Toré Lima solicitando a realização de uma sessão especial, em data a definir, para debater o tema da Campanha da Fraternidade 2018 – “Fraternidade e superação da violência”. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificaram seus votos os vereadores Toré Lima e Sargento Silvano. Reassumiu, neste momento, a presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas. Fez-se depois a leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal Diário do Pará, edição do dia 20/08/2017, intitulada “Pará é o 2º estado que mais mata policiais no Brasil”. O vereador Rildo Pessoa solicitou que a votação fosse nominal, o que foi acatado pela Mesa. Na votação, não houve quórum e o presidente Mauro Freitas encerrou a sessão às dez horas e vinte e seis minutos. Estavam licenciados os vereadores Gleisson Silva, Igor Normando e Joaquim Campos. Justificaram suas ausências os vereadores Dr. Chiquinho, Blenda Quaresma, Delegado Nilton Neves e Marinor Brito. Estiveram presentes os vereadores: Rildo Pessoa e Mauro Freitas, pelo bloco PSDC – Avante; Zeca Pirão e Marciel Manão, pelo bloco PMN – Solidariedade – PEN – PR; Lulu das Comunidades, Gustavo Sefer, Sargento Silvano e Víctor Dias, pelo bloco PSD – PTC; Paulo Bengtson, Moa Moraes, Nehemias Valentim e Igor Andrade, pelo bloco PSB – PSDB – PTB; Celsinho Sabino e José Dinely, pelo bloco PSC – PPS; Henrique Soares, pelo bloco PDT – PSL; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PC do B – PT; Fernando Carneiro, pelo PSOL; Toré Lima e Simone Kahwage, pelo PRB; e Emerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 28 de fevereiro de 2018.

1º Secretário

Presidente

2ª Secretário